

A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso

Ana de Oliveira
Alice Casimiro Lopes

Resumo

Neste artigo, apresentamos questionamentos à proposta de Stephen Ball de inclusão de um contexto de estratégias políticas e de um contexto de efeitos na sua abordagem do ciclo de políticas pelo risco de reintroduzir uma centralidade na significação das políticas. Em contrapartida, visando a aprofundar a crítica a essa centralidade e à separação entre proposta e implementação nas políticas curriculares construída por Ball, reforçamos os argumentos sobre as potencialidades da teoria do discurso para tal intento. Defendemos, assim, que a teoria do discurso de Ernesto Laclau é mais potente para a compreensão de como sujeitos atuam na produção de políticas em diferentes contextos e de como os significados são discursivamente produzidos e hegemônicos.

Palavras-chave: políticas curriculares; teoria do discurso; ciclo contínuo de políticas.

The Policy Cycle Approach: a Reading through the Discourse Theory

Abstract

In this paper, we discuss Stephen Ball's proposal to include a context of political strategy and a context of outcomes in his policy cycle approach, because of the risk of reintroducing a centrality in policy meaning. On face of it, we aim to deepen the criticism to this centrality and to the separation between proposal and implementation in the curriculum policy designed by Ball. In this way, we have emphasized the points on the discourse theory

potentialities for such purpose. Therefore, we argue that Ernesto Laclau's discourse theory is more powerful to explain how subjects act in policy production in different contexts and how meanings are discursively produced and hegemonized.

Keywords: curriculum policy; discourse theory; policy cycle approach.

Situando a problemática

Stephen J. Ball, sociólogo da educação inglês, defende, em seus estudos sobre as políticas curriculares inglesas dos anos de 1990, um modelo de análise que busca garantir a conexão entre propostas curriculares e o modelo de produção econômica que o governo Thatcher, nos anos finais da década de 1980, adotou na Inglaterra, com efeitos significativos em outras partes do mundo. Com essa intenção, defende o modelo analítico alicerçado na concepção de que as políticas curriculares: (a) constituem-se em um conjunto de textos (representações) e de discursos (práticas); (b) estão imersas numa rede de discursos; (c) não são independentes de história, poderes e interesses que se espriam *capilarmente* e; (d) têm seus sentidos modificados pela migração de textos e discursos de um contexto a outro, por processos de recontextualização que produzem híbridos culturais.

Os estudos de Ball (1989; com Bowe & GOLD, 1992; 1994a) colocam no centro do debate os processos micropolíticos e a necessidade de se articular as instâncias macro e micro nas pesquisas do campo curricular, tensionando, sobretudo, as análises de viés marxista¹ que concedem primazia ao papel do Estado na compreensão das relações entre elaboração e os efeitos da política. Em seu modelo analítico, inicialmente, o autor inglês propõe um ciclo contínuo constituído por três contextos principais produtores de políticas: o

¹Ver, por exemplo, o debate HATCHER & TROYNA (1994) e BALL (1994b)

contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Se, por um lado, o ciclo sugere um movimento, por outro, implica uma redução ao indicar um contexto ao qual compete a formulação inicial das políticas – o de influência – e outro que tem privilégio na ressignificação. Em outras palavras, o modelo compromete a ideia de circularidade das políticas curriculares, uma vez que ciclos não devem ter origem nem fim.

Ball & Bowe (1998) apresentam elementos que contribuem para tornar a interpretação do ciclo contínuo menos hierarquizada, pois passam a chamar a atenção para a inter-relação dos contextos, definindo cada um deles como arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolvendo disputas e embates. A irreversibilidade temporal e espacial sugerida no modelo inicial parece ser abandonada com o argumento de que os contextos não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não têm etapas lineares. A própria concepção de circularidade sugerida pelo modelo analítico é então entendida como estar em circulação, difundir-se, fazer um movimento em um ciclo. Desse modo, não se trata de um retorno ao mesmo lugar. Ou melhor, mesmo que esse retorno aconteça, o ponto de retorno não é mais o mesmo nem o que retorna permanece igual, em virtude das recontextualizações por hibridismo desenvolvidas no ciclo de políticas.

Este movimento conceitual ajuda a compreensão dos processos que se estabelecem quando as políticas migram de um contexto a outro ou quando os discursos pedagógicos se constituem; e ajuda, também, no entendimento das (des)coleções híbridas formadas no curso desses movimentos. Assim, na formulação de textos, há interesses e crenças diversos que fazem com que os projetos definidos na arena de lutas do contexto de influência se apresentem como ressignificações desses mesmos projetos por sujeitos que lhes amalgamam resultados particulares em meio a processos articulatórios. De igual forma, no contexto da prática, há histórias, experiências, valores, propósitos e relações de poder não fixas que acabam por desterritorializar os sentidos que se pretendiam fixos, ressignificando-os em novos discursos e textos da micropolítica (LOPES & MACEDO, 2011). O próprio Ball

(2009) afirma, em entrevista recente, não acreditar que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta.

Ainda nesse movimento de tentar dar ao ciclo de políticas umapotência na investigação dessas conexões que se estabelecem ao longo do movimento das políticas, Ball (1994a) propõe a inclusão de outros dois contextos à sua estrutura conceitual de análise das políticas: o contexto dos efeitos/resultados e o contexto da estratégia política, ambos ainda pouco utilizados nas pesquisas do campo curricular. No que concerne particularmente ao contexto de estratégias políticas, Ball o considera parte do ciclo do “processo através do qual as políticas são mudadas, ou podem ser mudadas ou, pelo menos, o pensamento sobre as políticas muda ou pode ser mudado” (BALL, 2009).

Consideramos que esses contextos tenham sido introduzidos em função, primeiro, de tentar minimizar a dicotomia proposta-implementação e, segundo, para atender ao compromisso com uma agenda curricular crítica, na medida em que sua preocupação está relacionada ao impacto das políticas sobre o quadro social e à necessidade de lidar com as desigualdades causadas e com a urgência de promoção de justiça social. A vinculação de Ball ao Centre for Critical Education Policy Studies, “cujos pesquisadores buscam interrogar, avaliar e analisar políticas em termos de suas contribuições – positivas ou negativas – para a realização da justiça social” (BALL, 2009), contribui para justificar nosso entendimento.

Defendemos, contudo, que essa solução acaba por comprometer a concepção dos três contextos primários como arenas políticas, como lugares e grupos de interesse atravessados por disputas e embates, na medida em que reforça a ideia que Ball busca desnaturalizar da ação política circunscrita, dentre outras, à esfera do Estado. A forma como Ball concebe esses dois contextos, ou mesmo como vêm concebendo os pesquisadores que os utilizam (MAINARDES, 2007), parece não dar conta ainda desse comprometimento, pois reforça a concepção de um Estado ou de uma instituição a quem compete elaborar estratégias no sentido de garantir as finalidades educacionais de sua agenda política e

de um contexto a quem compete avaliar seus resultados com relação à implementação dessa agenda, circunscrito ao contexto da prática. Ou seja, mantém a ideia de que as políticas têm origem no contexto de influência, capaz da proposição de ações políticas que modifiquem ou mantenham determinadas finalidades, bem como mantém uma relação determinista de avaliação de políticas, conectada à consecução de finalidades na prática.

Tencionamos, então, neste artigo, não apenas apresentar o que nos parecem fragilidades associadas à ideia de um contexto de estratégias a ser incluído no ciclo de políticas de Ball, mas também reforçar os argumentos, inicialmente apresentados em Lopes e Macedo (2011), de que a teoria do discurso pode aprofundar a interpretação do ciclo de políticas sem separações entre proposta e implementação. Defendemos, assim, a posição de que a teoria do discurso pode tornar mais nítida a ideia de um ciclo contínuo onde não há início nem fim para os processos de reinterpretação.

O contexto de estratégia no ciclo de políticas

O conceito de estratégia vem sendo utilizado por diferentes autores do campo das Ciências Sociais e do campo do Currículo. Acreditamos ser importante compreender como esses autores entendem o conjunto de ações ou procedimentos que buscam definir um lugar de poder e, a partir dessa compreensão, fazer um confronto com a perspectiva analítica que defendemos na pesquisa das políticas curriculares.

Foucault (2003), que fornece a Ball algumas de suas concepções, entende as estratégias como procedimentos, dispositivos, instrumentalizações, mecanismos, maquinarias que têm efeitos de poder específicos, obedecem a funcionamentos lógicos e podem produzir uma alteração fundamental nas instituições da ordem e do saber. Para o autor francês, interessa analisar a relação desses procedimentos com o discurso, ou seja, como esses procedimentos determinam as condições de funcionamento da sociedade. Assim, tem o mérito de analisar como no século XIX se institui o sistema de disciplina

e de vigilância que substitui a justiça penal do Antigo Regime (FOUCAULT, 2003), indicando o que esses procedimentos produzem de forma inexorável. Essa análise, entretanto, é realizada sem dar destaque às possibilidades de resistência e de mudança que esses mesmos procedimentos produzem.

Bourdieu (2009), autor no qual Ball também busca apoio, ainda que não necessariamente cite, preocupa-se com esses procedimentos, denominando-os estratégias. Ao contrário de Foucault, sua preocupação é a compreensão das causas que os produzem e, nesse sentido, sua ênfase está na análise das regras que os originam. No estabelecimento das regras que originam as estratégias, Bourdieu (idem) chama atenção para a necessidade de considerar as características das primeiras. Para o autor, é preciso que a regra estabelecida considere: a possibilidade de ter usos e propriedades que variem em função de suas possibilidades de combinação (politética); a possibilidade de algo, a partir de afinidades relacionais, ser substituído (substituabilidade); e, dentre outras considerações, a necessidade de levar em conta as transgressões que as dicotomias carregam (eufemização)².

Certeau propõe dois conceitos que buscam superar as análises de Foucault e de Bourdieu. Com relação ao primeiro autor, defende a ideia de que “outros procedimentos infinitesimais, não privilegiados pela história, [exercem] uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas” (2002, p.116), e, com relação ao segundo autor, defende que as regras “se movem e deslizam de uma função para a outra, pondo em curto circuito as divisões econômicas, sociais e simbólicas” (idem, p. 122). Assim, Certeau tenta resolver as lacunas deixadas pelos conceitos dos dois autores franceses, criando uma nova dicotomia, na medida em que situa esses procedimentos no que denomina *tática*, ações determinadas pela ausência de poder e, compartilhando com os autores, a ideia do “postulado de um poder” (idem, p.101), a que denominou estratégia.

²No texto original em francês: *polytétie*, *substituabilité* e *euphémisation* (Bourdieu, apud CERTEAU, 1990)

Para os fins que buscamos desenvolver neste artigo, abandonamos no traçado teórico o conceito de tática, por entender que, como procedimentos que circulam entre “as malhas das tecnologias instituídas – as maneiras de fazer dos usuários”, para usar os termos de Certeau –, “são reapropriações do espaço organizado (idem, p.41) pelo discurso. As táticas pressupõem uma bricolagem com e na economia cultural dominante (...) e [requer dos sujeitos] descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos, as possibilidades” (idem, p. 40). São, portanto, ações que jogam em um campo de poder e, mesmo que se apresentem como diferenças antagonicas no campo discursivo que se pretende hegemônico, “jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (idem, p. 41). Nesse sentido, a dicotomia entre esses procedimentos acaba por incidir na lacuna que buscamos superar com a abordagem do ciclo de políticas de Ball: a separação entre proposta e implementação.

Retomamos, assim, do teólogo e historiador francês, o conceito de estratégia. Para esse pesquisador:

Estratégia é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...) (CERTEAU, 2002, p.99).

Com relação a esse conceito, tanto em Certeau como em Ball, define-se um campo formulador inicial das políticas e, em ambos, algo fica “de fora”: em Certeau, as táticas ou as “astúcias dos praticantes”; em Ball, a dimensão de representação do contexto da prática. Tendemos a aceitar, então, a ideia de que as duas concepções precisam ser entendidas na sua mediação com o discurso, e este entendido como uma totalidade relacional que busca limitar a significação de determinadas práticas.

Assim, se, com Foucault, compreendemos que o poder se espraia ao longo do tecido social; se, com Bourdieu compreendemos que as estratégias políticas precisam considerar as possibilidades de combinação, de substituição e de transgressão; se, com Certeau, as entendemos como a base de onde se podem gerir a multiplicidade de relações sociais, podemos compreender, em Ball, o abandono dos verticalismos e a determinação do Estado na definição das políticas. A ideia do sociólogo da educação inglês de que há um ciclo contínuo nessa definição e a de que os contextos principais propostos em seu modelo analítico se “aninham” uns nos outros, nos levam a aceitar a ideia de que as estratégias são um conjunto de ações não circunscrito ao contexto de influência, mas a todas as arenas políticas. Em outras palavras: em todos os contextos propostos no modelo analítico do ciclo de políticas, essas ações políticas se desenvolvem, descartando a concepção de um quarto contexto subordinado ao contexto de influência. De igual modo, a concepção de que é ao contexto da prática que se conecta o dos resultados/efeitos, reforça a ideia de um contexto no qual as políticas são implementadas e, por isso mesmo, nele se devem avaliar seus efeitos.

O modelo analítico proposto por Ball, mesmo que se tome a concepção de estratégia ou ação política que apresentamos neste texto, ainda apresenta lacunas. Faltam, em Ball, categorias que possam dar conta dos processos articulatórios que acompanham a definição das políticas ao longo do *ciclo contínuo*, do mesmo modo que faltam em Certeau³ categorias de análise que possam dar conta das relações de força que se estabelecem por sujeitos na produção de suas ações políticas. A compreensão de como sujeitos atuam na produção de políticas em diferentes contextos de produção, de como os textos e discursos que são produzidos por esses sujeitos adquirem significado, de como determinados sentidos se hegemonomizam e que processos de

³CERTEAU, em suas pesquisas, priorizou as “operações e os usos individuais, suas ligações e as trajetórias variáveis dos praticantes” (2002,p.17), tendo como objeto predominante as táticas.

articulação permitem tal hegemonização depende de outros aportes teórico-metodológicos.

Defendemos, assim, não se tratar da inclusão de mais um contexto, mas, sim, de um conjunto de ações onde, em cada um dos contextos primários e nas suas inter-relações, sujeitos buscam, através delas, delimitar um lugar de poder em meio a processos articulatórios que se travam na definição das propostas curriculares. Este poder deve ser entendido como contingente e provisório, sem verticalismos e sem convergir para um mesmo sentido.

Mas, para um desenvolvimento dessa concepção, há necessidade de uma teorização em que o poder, o sujeito e os discursos sejam compreendidos de diferentes formas. É visando a essa perspectiva que, na seção a seguir, apresentamos como a teoria do discurso de Ernesto Laclau pode contribuir para outra compreensão do ciclo de políticas.

A teoria do discurso em Ernesto Laclau: espaço epistêmico híbrido

Os limites do ciclo de políticas que assinalamos até aqui precisam ser entendidos no processo de articulação constituidor da configuração conceitual por nós defendida. Não são fronteiras que se possam estabelecer entre um modelo e outro, mas possibilidades de superação para que se torne mais potente o modelo que se reconfigura, no sentido de compreender o objeto investigado.

O movimento empreendido na configuração do modelo analítico que neste artigo apresentamos está conectado a uma dada concepção de currículo. Orientamo-nos pela concepção de currículo como arena de lutas em busca da hegemonia de uma determinada concepção, portanto, como política cultural que visa a orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso para uma dada ordem e/ou alcançar uma transformação social almejada (CANCLINI, 2001). Como política cultural é uma luta discursiva pela constituição de representações que envolve negociação, isto é, articulação discursiva na qual alguns grupos sociais particulares buscam defender determinadas

demandas curriculares e para tal constituem representações. É com esta significação de currículo, em que se confere centralidade aos conceitos de poder e de cultura, que conectamos os aportes teórico-metodológicos de Stephen Ball a teoria do discurso de Ernesto Laclau, visando a superar as lacunas que o ciclo contínuo de políticas apresenta.

A teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau tem sua gênese na experiência histórica particular do autor argentino: ativista do Partido Socialista Argentino e do movimento estudantil peronista, membro dos quadros dirigentes do Partido Socialista da Esquerda Nacional, editor do jornal *Lucha Obrera*, órgão desse partido. Os primeiros trabalhos de Laclau, *Gramsci and marxist theory* (1979), escrito com Chantal Mouffe, e *Politics and ideology in marxist theory* (1977) apresentam algumas das concepções presentes na obra *Hegemony and socialist strategy*, editada em 1985 e considerada o marco da virada política do pensamento pós-estruturalista. Nesta obra, Laclau elabora uma leitura não-essencialista, não-determinista e não-objetivista da tradição marxista, abandonando as concepções *a priori* que orientam a análise dos processos políticos e estabelecendo a ênfase nas articulações como resultado de processos políticos constitutivos (MARCHART, 2008).

A teoria do discurso, desde então, e não mais restrita à experiência particular do autor, vem envolvendo uma série de estudiosos, constituindo-se em uma rede de pesquisadores e teóricos em torno da Escola de Essex que disponibiliza um conjunto de ferramentas para a análise política (SOMMERER, 2005). A obra que serve de marco à teoria do discurso apresenta uma rede de conceitos que reconfiguram as concepções de poder, ordem, universalidade/particularidade, representação, comunidade, ideologia, emancipação, política/político, sociedade/social. A reconfiguração desses conceitos leva o autor argentino a: (a) reconceituar o social discursivamente; (b) reconceituar a identidade do sujeito como resultado de uma articulação discursiva; (c) defender a impossibilidade da sociedade e de um projeto emancipatório nos moldes da Modernidade. Seus argumentos teóricos são apresentados em torno de novas categorias de análise: articulação,

cadeia de equivalência, cadeia diferencial, antagonismo, particularismo/universalidade, pontos nodais, significante vazio, significante flutuante, hegemonia, sujeito “como falta”, dentre outros. Na teoria do discurso, essas noções e conceitos articulam-se com uma rede onde se hibridizam as marcas do marxismo, da filosofia desconstrucionista de Derrida, da psicanálise lacaniana, da linguística e do pós-estruturalismo.

Tendemos a aceitar a ideia de que, para a compreensão de como sujeitos atuam na produção de políticas em diferentes contextos de produção, de como os textos e discursos que são produzidos por esses sujeitos adquirem significado, de como determinados sentidos se hegemonizam e que processos de articulação permitem tal hegemonização, a teoria do discurso de Ernesto Laclau disponibiliza aportes teórico-metodológicos mais potentes para a análise das políticas curriculares.

Rede conceitual da teoria do discurso em Ernesto Laclau

Quando Stephen Ball define seu modelo analítico para a compreensão das políticas curriculares como texto e discurso, vale-se da concepção foucaultiana de discurso. Michel de Foucault, ao conferir, em seus estudos, centralidade à noção de discurso, busca questionar a linguística formal que identifica o discurso como um conjunto de signos, com significantes referidos a determinados significados quase sempre ocultos e distorcidos e no interior dos quais era possível encontrar, intocada, a verdade que a análise do discurso pudesse revelar (FISCHER, 2001). Para o autor francês, a análise do discurso tem que trazer a compreensão de enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento, de modo que analisar o discurso seria exatamente possibilitar a compreensão de relações históricas e de práticas concretas que nele estão vivas.

Os estudos de Michel Foucault na década de 1960, reunidos, sobretudo em duas obras – *As Palavras e as coisas* (1981) e *A Arqueologia do saber* (1987), sugeriam, como admitiu o próprio Foucault, uma concepção estruturalista da linguagem e a ideia de

categorias universalmente constitutivas (FISCHER, 2001). Mesmo buscando ultrapassar essa marca afirmando, posteriormente, como indicam Dreyfus e Rabinow (1984, apud FISCHER, 2001), a inexistência de estruturas permanentes responsáveis pela constituição da realidade, Foucault insiste, nos volumes da História da Sexualidade (1977, 1984), no duplo e mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e não discursivas.

Stephen Ball, ao entender as políticas curriculares como um conjunto de textos e discursos, reafirma o condicionamento adotado pelo filósofo francês, definindo a existência de estruturas permanentes, responsáveis pelas políticas curriculares, nos cinco contextos aos quais nos referimos anteriormente. Em suas pesquisas, indica a convergência do discurso que se produz sobre as políticas curriculares nos modelos de neoliberalismo e globalização; indica ainda como este discurso se articula a um conjunto de estratégias de poder que buscam hegemonizar em textos e discursos, entendidos como o melhor na consecução das finalidades que estabelecem – a performatividade, a adequação ao mercado, etc. –; analisa os procedimentos prescritos por sujeitos que, com autoridade reconhecida pelo saber que dominam, buscam legitimação em periódicos, nas mídias, nas publicações de livros acadêmicos e didáticos; relaciona esses procedimentos às lutas que são travadas nos espaços da micropolítica, nas escolas e nas universidades; evidenciando uma relação – considerada necessária – entre o discursivo e o não discursivo. Tal relação apresenta-se expressa no fato de propor suporte para os enunciados a serem hegemonizados nas políticas curriculares – os contextos do ciclo contínuo de políticas. Isso implica a criação de instituições de fomento, editoras, academias, escolas, dentre outras, para a consecução das finalidades que os discursos criados em torno destas políticas curriculares carregam. Considera que, ao se deslocar, o discurso, em constante transformação, passa por processos de recontextualização que dependem de que sujeitos e instituições se reconheçam ou não no discurso deslocado. Para Ball e para Foucault, são práticas não discursivas que definem as regras que constituem o discurso e que o atualizam.

Na teoria do discurso de Ernesto Laclau, diferentemente, cada ato social tem um significado e é constituído na forma de sequências discursivas que, articulando elementos linguísticos e extralinguísticos, superam o condicionamento mútuo entre o discursivo e o não discursivo. Esta concepção disponibiliza aportes teórico-metodológicos que nos parecem mais potentes no sentido de compreender o ciclo contínuo de produção de políticas para além da dicotomia ação-estrutura e para além da ênfase no macro contexto de influência. Possibilita compreender, de forma mais efetiva, as relações macro-micro, para além da enunciação de dois pólos tornados opostos, e a multiplicidade de significados que circulam na produção das políticas.

O discurso como nos apresenta Laclau (2005) é mais potente também, na medida em que se apresenta como uma estrutura descentrada. A política como discurso implica, para o autor argentino, negociações de sentidos em busca da hegemonia de um determinado sentido que, provisória e contingencialmente, ocupa um centro capaz de aglutinar os sentidos postos em disputa, mas que nunca é pleno e nem implica a possibilidade de fechamento total da significação.

Embora os dois autores concordem com a ideia de que o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso, para Laclau, discurso deve ser entendido como uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e simbólica simultaneamente, na medida em que o material não existe separado de sua significação. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, instituições são ações de significação.

Neste sentido, o social não aparece como algo a ser simplesmente revelado, mas compreendido, a partir da multiplicidade de sentidos que se articulam com infinitas possibilidades de constituir um discurso hegemônico, contingente e precário, no qual um desses sentidos assume o papel de representar a multiplicidade de sentidos articulada, perdendo sua significação original e antagonizando-se a outro sentido “expulso” da cadeia articulatória de sentidos. Para a teoria do discurso, o real, como possibilidade de ser conhecido verdadeira e completamente,

de forma supostamente direta, é uma impossibilidade, uma vez que as possibilidades de significação são infinitas, sempre permeadas por relações que têm essencialmente características precárias e contingentes.

Laclau argumenta a defesa da impossibilidade de uma significação única no conceito de jogos de linguagem de Wittgenstein, elaborado no momento em que este autor questiona a concepção que anteriormente o orienta: encontrar as características e as regras da linguagem científica, entendendo-a como única e capaz de permitir a comunicação clara e precisa entre os seres humanos, portanto preocupado em entender o caráter lógico e unívoco desta linguagem. É na perspectiva de superação que Wittgenstein define os jogos de linguagem como um todo, um sistema, uma configuração composta de linguagem oral e escrita e de ações nas quais a linguagem se imbrica e se constitui. Os significados dos elementos são definidos no interior desses jogos, e não *a priori*, pressupondo uma rede de semelhanças que se sobrepõem e entrecruzam em movimentos de condensação ou de deslocamento (DE ALBA, 2007, p.42).

A partir desse entendimento é que podemos conceber o discurso como um campo de significação inerente a toda organização social ou conceber, nas palavras de Buenfil Burgos, que: “toda configuração social é discursiva, pois implica a significação de objetos e práticas por parte dos agentes sociais e esta configuração se refere à reunião de objetos de caráter linguístico ou extralinguístico em torno de uma significação comum” (2000, p.8-9).

Burity (2008) argumenta que Laclau, ao entender o discurso como uma unidade de significação que vai além da frase, isto é, ao entender o discurso como um conjunto de regras de produção social de sentido, confere centralidade à dimensão da significação e ao caráter constitutivo da realidade e potencializa o conceito de política. Opondo-se às teorias clássicas das Ciências Sociais, que entendem uma realidade com existência própria, independente da significação, a compreensão do social, em Laclau, a partir da ideia da construção de ordens discursivas, torna-se central a questão do poder como constituidor de relações

sociais. Assim, discurso é uma consequência de práticas políticas articulatórias que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social.

A categoria discurso aparece nessa teoria imbricada à noção de prática articulatória estabelecida entre elementos (particularismos/diferenças) que se articulam entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida. Isso quer dizer que, no limite, esses elementos não deixam de continuar sendo elementos, mas, apenas contingencialmente, tornam-se elementos-momentos em uma determinada prática articulatória, organizando-se em um discurso. Enfim, os elementos-momentos “são discursos de unidade, mas uma unidade de diferenças”, como defendem Mendonça e Rodrigues (2008), ou, em outras palavras: a constituição desses elementos-momentos depende da definição de um exterior que limite a significação.

Essa prática envolve negociações nas quais alguns grupos sociais particulares buscam defender determinadas demandas curriculares, isto é, determinados elementos diferenciais que são hibridizados e que se tornam momentos de um discurso hegemônico quando se equivalem em relação a um dado exterior constitutivo. Nessa perspectiva, o conceito de formação discursiva ganha centralidade na teoria do discurso e é definido por Laclau como um conjunto articulado e heterogêneo de discursos, ou seja, um sistema de regras de produção de sentido, já hegemônica por um determinado discurso dentro de uma pluralidade. Não como um todo unívoco, fechado em si, mas que produz efeitos de posicionamento, de autorização e de restrição sobre os sujeitos que nela se constituem e daí se expressam (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008, p.42).

Para que possamos entender o que Laclau define como relação de equivalência, é preciso aceitar a ideia de que as formações sociais atuais, longe de se constituírem como algo essencialmente dado (LACLAU, 2006, p.21), precisam ser analisadas tomando como base a ideia da dispersão de posições de diferentes sujeitos. É a partir dessa dispersão de antagonismos e de diferentes demandas que se pode compreender

os processos de articulação que acabam por hibridizar textos e discursos no sentido de fixar sentidos para as políticas curriculares.

LACLAU (2006) chama atenção para o fato de que os processos de articulação pressupõem o fechamento de uma cadeia de equivalência entre demandas diversas. Para este fechamento, faz-se necessário que alguns significantes sejam privilegiados de forma provisória e contingente, a fim de possibilitar a hegemonia de uma determinada concepção. Afirma, ainda, que esse processo de articulação delimita uma fronteira política (idem, p. 23) que coloca em seu exterior um elemento excluído da cadeia, mas que a ela pertence. O exterior é, portanto, um elemento diferencial expulso que se constitui no antagonismo que permite a equivalência das diferenças, sem torná-las iguais.

Embora distintas, diferentes demandas, através de processos de articulação e dentro dos movimentos circulatórios das políticas, estabelecem entre si uma relação de equivalência que, ao se estender, precisa ser representada simbolicamente como um todo (LACLAU, 2006), rompendo, provisoriamente, o vínculo estrito que a constituía originalmente como particularidade. Precisa também expulsar da cadeia de equivalência um determinado elemento ao qual todas as demais diferenças a ele se devem antagonizar, para, de certa forma, garantir a articulação da cadeia de equivalentes.

Para ter essa função de representação universal, as demandas precisam despojar-se de conteúdos precisos e concretos ou, em outras palavras, têm de esvaziar-se de sua relação com significados específicos para se transformar em um significante sem referência direta a um determinado significado – que Laclau denomina significante vazio, termo vago e impreciso o bastante para representar a totalidade de elementos heterogêneos (idem, p.25). O significante vazio é, portanto, um elemento importante na constituição de todo sistema de significação, já que tem a função de articular, na cadeia de equivalência que torna possível a hegemonização de um determinado projeto, os elementos equivalentes, apagando, provisoriamente, as diferenças (2006). Em síntese, a cadeia de equivalência que possibilita a

hegemonização de um determinado sentido precisa de um lugar vazio a ser preenchido pela política.

Ernesto Laclau defende a arbitrariedade dos elementos do signo (significante e significado), alertando para a impossibilidade de fechamento do signo e para o aspecto relacional dos elementos da linguagem. Com base na teoria lacaniana, analisa os processos de representação buscando compreender sua constituição nas articulações hegemônicas, isto é, buscando compreender porque determinada leitura e não outra é privilegiada. Para Laclau, um texto político só pode representar a política se seus sentidos forem compreendidos como parte de uma dada articulação hegemônica e, dessa forma, serem capazes de fixar determinados sentidos às leituras. Esta fixação, devido à impossibilidade de finitude da significação, só se torna possível se, em um dado momento e em relação a um antagonismo, um dos sentidos se converter em ponto nodal capaz de articular as diferenças de sentidos postas em disputa. Torna-se necessário também que um significante assuma a função de significar o sistema, a totalidade, isto é, em significante capaz de anular as diferenças em disputa.

Na cadeia de equivalência que se estabelece no sentido da hegemonização de um determinado projeto curricular, sentidos se metamorfoseiam, isto é, entram na cadeia de significação com sentidos distintos do que em outro sistema ou totalidade significam. Laclau denomina esse processo de flutuação de sentidos nos significantes, defendendo que, em um plano conceitual, teórico, um mesmo significante pode assumir distintos significados e, em determinadas situações, até significados contraditórios ou antagônicos em função do discurso em que se inscrevem, prestando-se “a manejos pouco rigorosos [e propiciando] confusões de maneira intencional ou não intencional” (DE ALBA, 2007, p.47).

O fechamento da cadeia de equivalência em torno de pontos nodais e dos significantes vazios, no intuito de hegemonizar um dado projeto curricular, depende de processos de condensação e de deslocamento, metafóricos e metonímicos, na medida em que o próprio social é compreendido como uma linguagem. No processo de fechamento da

cadeia de equivalência, é preciso que se considere a possibilidade (a) de um único significante aglutinar/condensar diferentes sentidos em um único significante – significante vazio no modelo de Laclau –, tratando-se, portanto de processos metafóricos e (b) de deslocar um particularismo (elemento/diferença) de modo que o particular se transforme em um universalismo que de forma provisória se hegemonize e para tal represente a dispersão que as diferenças carregam, tratando-se, portanto, de processos metonímicos.

Com isto, defendemos que a constituição de um discurso hegemônico nas políticas curriculares resulta de uma rede de processos políticos articulatórios. Esses processos obedecem a duas lógicas: a da diferença e a da equivalência. Por lógica da diferença, compreendemos que a configuração de um sistema ou totalidade se “constitui por elementos diferenciais que em movimento relacional se articulam para bloquear parte de sua identidade diferencial e conformar uma identidade mais ampla” (DE ALBA, 2007, p.58) e a lógica de equivalência “se refere à capacidade de uma prática política articulatória relacionar múltiplas (...) identidades diferenciais em uma identidade nova” (idem, p. 59).

Hegemonia é, assim, uma relação em que uma determinada identidade, em uma determinada cadeia discursiva, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos. A ideia de hegemonia existe associada à ideia de falta constitutiva, isto é, à concepção de que todas as identidades se constituem sempre de forma incompleta, seja em função da sua própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir de sua relação com outras identidades, seja, ainda, por sua negação a partir de seu corte antagônico (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008, p.30). Neste sentido, discursos hegemônicos são discursos sistematizadores, aglutinadores, “são discursos de unidade, mas unidade de diferenças” (idem, 2008, p.29).

A hegemonia discursiva, para Laclau (1993), é um lugar vazio, ou seja, foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade e refere-se à capacidade que uma demanda demonstre de interpelar um conjunto de outras demandas de tal

maneira que elas se reconheçam como parte daquela. Trata-se de um processo de universalização do particular que pode ser interrompido por uma ação, por um confronto com outros discursos totalizadores ou por incapacidade de as próprias diferenças articuladas manterem a lógica política articulatória. É preciso considerar que a lógica articulatória hegemônica constitui novos sujeitos que, envolvidos por uma dimensão de afeto, por cargas pulsionais que não se resumem a carências materiais dadas ou a um denominador comum a todos os sujeitos interpelados por outro discurso, tornam contingente e precária a hegemonia alcançada (BURTY, 2008, p.48).

Conclusões

Apresentamos, neste artigo, a interlocução que temos estabelecido com o ciclo contínuo de políticas, modelo analítico de Stephen Ball, no sentido de compreendermos as políticas curriculares. Enunciamos a matriz curricular que orienta nossas análises, destacando nosso entendimento de que as políticas de currículo são políticas culturais e que, como tais, são uma política da diferença, sem significados fixos como propõem os diferentes estruturalismos, mas significados que são produtos de relações de diferenças mutáveis e modificadas no jogo referencial da linguagem. Currículo é, assim, a própria luta pela significação (Lopes, 2010). Nesta perspectiva, na qual as categorias poder e cultura assumem papel de destaque, apresentamos os questionamentos que enfrentamos no uso do ciclo de políticas, como proposto por Ball.

Reunimos argumentos no sentido de defender que a inclusão, no modelo analítico do ciclo de políticas, de dois contextos – o de estratégia e o de efeitos/resultados – aos três contextos principais, acaba por potencializar a hierarquização entre as diferentes arenas de luta, reforçando a ideia que Ball buscou desnaturalizar da ação política circunscrita à esfera do Estado ou ao mercado ou ainda ao seu entrelaçamento. O entendimento que apresentamos desses dois contextos descolados, respectivamente, dos contextos primários de

influência e da prática, ajuda a tornar o modelo menos hierarquizado, apontando para o esmaecimento da relação ação-estrutura que a ele subjaz. Desenvolvemos esse argumento tendo em vista o questionamento particularmente da noção de estratégia, tal como ela vem sendo assumida por diferentes autores das Ciências Sociais, alguns dos quais servem de apoio a Ball.

Mais que isso, argumentamos que, para o desenvolvimento da concepção curricular que defendemos, há necessidade de uma teorização em que o poder, o sujeito e os discursos sejam compreendidos de diferentes formas. Assim, embora nos dois modelos analíticos a ideia de política curricular seja entendida como conjunto de textos e discursos, em Ball, os discursos são apresentados como estruturas permanentes que, uma vez analisadas, revelam as relações históricas e as práticas concretas que as determinam, estabelecendo dessa forma a separação entre dois polos: o discursivo e o não discursivo. Para Laclau, o discurso é uma estrutura descentrada, cujo fechamento, contingente e provisório, se dá ao sabor de práticas articulatórias onde os significados são negociados em um terreno de indecidibilidade.

Para Ball, as políticas curriculares são consideradas de caráter eminentemente textual, na medida em que entende o contexto de produção de textos como a modalidade primária das políticas. Laclau permite uma leitura das políticas mais próxima da concepção curricular que tomamos como base. Por intermédio dele, entendemos que os textos políticos só podem representar a política se considerarmos uma dada articulação hegemônica, na qual diferentes sentidos com infinitas possibilidades de leitura conseguirem, de forma contingente e precária, aglutinar as diferenças em disputa.

Nesse sentido, buscamos reforçar os argumentos sobre as potencialidades da teoria do discurso para a compreensão de como sujeitos atuam na produção de políticas em diferentes contextos e de como os significados são discursivamente produzidos e hegemônicos. A teoria do discurso ajuda-nos, enfim, a compreender os processos políticos articulatórios que se dão na constituição dos discursos

hegemônicos, questionando os aspectos do ciclo contínuo de políticas que não favorecem a superação da dualidade entre proposta e implementação.

Referências

BALL, Stephen. *La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar*. Barcelona: Paidós, 1989.

_____. *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994a.

_____. Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna. *Journal of Education Policy*, 9: 2, 171-182, 1994b.

_____, Bowe, Richard. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

_____; BOWE, Richard with GOLD, Annie. *Reforming education & changing school: case studies in policy sociology*. London and New York: Routledge, 1992.

_____. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes. *Educação e Sociedade*, v. 30, n.106, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BUENFIL BURGOS, Rosa Nidia. Globalización y políticas educativas en México 1988-1994. Encuentro de lo universal y lo particular. México. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, vol. XXX, nº 003, p. 55-92, 2000.

BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel & RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdIPucRs, 2008, p.35-51.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* - 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DE ALBA, Alicia. *Currículo-sociedad. El peso de la incertidumbre, la fuerza de la imaginación*. México: Plaza y Valdés Editores, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, nov., 2001.

FOUCAULT, Michel de. *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981

_____. *História da Sexualidade – O Uso dos Prazeres*, vol. II. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Definiciones en transición*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em <http://www.clacso.edu.ar/~libros/mato/canclini.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2010.

Hatcher, Richard & Troyna, Barry. The Policy Cycle: A Ball by Ball Account. *Journal of Education Policy*, v. 9, n. 2, p.155-170, 1994.

IACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL Jr. A; BURITY, J.A. *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. SP: ED. Annablume, 2006.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. Power and representation. In: POSTER, M. *Politics, theory and contemporary culture*. Nova York: Columbia University Press, 1993. p.277-297.

LOPES, Alice Casimiro. A qualidade da escola pública: uma questão de currículo? Texto apresentado no âmbito do projeto Pensar a educação, pensar o Brasil, UFMG, 2010, no prelo.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de Políticas de Currículo. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 198-2001.

MAINARDES, Jefferson. *Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCHART, Oliver. Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. In: MENDONÇA, Daniel e RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPucRs, 2008.

SOMMERER, Erwan. L'école d'Essex et la théorie politique du discours : une lecture post-marxiste de Foucault. *Raisons Politiques*, n. 19, p. 193-209, ago./set., 2005.

Ana de Oliveira é Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd-UERJ), Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Departamento de História do Colégio Pedro II – RJ.

E-mail: anarj49@hotmailcom

Alice Casimiro Lopes é Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ, pesquisadora nível 1C do CNPq, pesquisadora da FAPERJ, Procientista UERJ/FAPERJ e coordenadora do grupo de pesquisa Políticas de currículo e cultura.

E-mail: alice@curriculo-uerj.pro.br

Recebido em dezembro de 2010

Aceito em março de 2011